

20/07/2010

**BERNARDO: CRESCIMENTO DA ECONOMIA IMPÕE INVESTIMENTO
NOS AEROPORTOS**

Governo dá R\$ 20 bi para Copa de 2014

Lula diz que SP tem de ter Copa

Fundos de pensão entrarão no trem-bala

Porto do Rio abre espaço para o pré-sal

Seguradoras firmam posição contra criação de nova estatal

Mantega nega novos aportes ao BNDES

São Paulo ainda procura estádio para os jogos

MP autoriza endividamento maior para obras da Copa

Cofre liberado para a Copa

Porto do Rio receberá R\$ 1,6 bilhão

Indústria esbarra na escassez de mão de obra

Petrobras recebe licença para nova obra

Aeroporto Salgado Filho será ampliado

Ibama licenciará portos no PR

Infraero licita obras em Guarulhos

Porto terá capacidade duplicada até a Copa de 2014

Rodovias são o gargalo logístico do Estado

Planejamento

20 de julho

BERNARDO: CRESCIMENTO DA ECONOMIA IMPÕE INVESTIMENTO NOS AEROPORTOS

O Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse em Brasília, que o investimento de R\$ 5,1 bilhões para obras em 13 aeroportos anunciado hoje pelo Presidente da República, tem a ver com a Copa e as Olimpíadas, mas também com o crescimento do mercado interno brasileiro. “Fala-se em aumento de 28% no semestre que passou. Isso impõe responsabilidades, porque estamos apostando que a economia vai crescer 4,5% a 5% nos próximos 4 ou 5 anos e isso significa que vamos precisar de melhores condições de funcionamento dos aeroportos para muito mais passageiros que virão”, afirmou Bernardo.

O Ministro ressaltou que o evento em que estiveram presentes vários prefeitos e governadores das cidades sede da Copa 2014 não é resposta a críticas feitas sobre possível atraso nas obras, mas “apenas mais uma etapa na preparação dos trabalhos para a organização da Copa e das Olimpíadas que se seguiu a uma série de reuniões com todos os entes e instituições envolvidos. A resposta nós damos no dia a dia”, afirmou.

INDEXAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SALÁRIO MÍNIMO

Questionado sobre a emenda do senador Paulo Paim (PT-RS) que indexa todos os benefícios previdenciários ao aumento do salário mínimo, Paulo Bernardo disse que vê com preocupação. “Não sou adepto desta medida porque se olharmos em termos demográficos a questão das aposentadorias da previdência e olharmos o futuro no longo prazo, só tem um jeito de atrelar o salário mínimo aos outros benefícios, é não dar aumento real para nenhum deles”.

Bernardo acrescentou que como o governo vem implantando uma política de dar aumento real para o salário mínimo “vamos ter que enfrentar este debate” e afirmou que vai “conversar com o Presidente Lula que é quem a caneta e o poder na hora de sancionar ou vetar, mas vamos ponderar todas essas coisas com ele”, disse o Ministro. Na solenidade, o Presidente Lula assinou também Medida Provisória que irá permitir aos municípios sede da Copa 2014 obterem crédito para obras relativas ao evento até o limite de 120% das receitas, flexibilizando neste caso o limite de endividamento das cidades.

O total de recursos envolvidos na preparação para a Copa do Mundo de futebol soma R\$ 23 bilhões, sendo R\$ 11,5 bilhões para projetos de mobilidade urbana (metrô e trens urbanos); R\$ 4,8 bilhões para financiamento de estádios; R\$ 1 bilhão para a rede hoteleira nacional; R\$ 5,1 bilhões para aeroportos e R\$ 740 milhões para portos.

O Globo

20 de julho

Governo dá R\$ 20 bi para Copa de 2014

O presidente Lula assinou medida provisória com benefícios financeiros de R\$ 20,7 bilhões para as cidades-sede da Copa de 2014: aeroportos (R\$ 5,6 bilhões), portos (R\$ 740 milhões), hotéis (R\$ 1,8 bilhão), estádios (R\$ 4,8 bilhões) e mobilidade urbana (R\$ 7,8 bilhões). O presidente alertou para o risco de se repetirem os erros do Pan-2007, quando o governo gastou bem mais do que o previsto.

COPA DE 2014

Presidente assina MP que vai conceder benefícios financeiros para as cidades que irão sediar jogos do Mundial no Brasil, mas não quer que a União gaste mais que o necessário

Na solenidade em que assinou medida provisória com benefícios financeiros para as cidades-sede do Mundial de 2014, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou temor que sejam repetidos os mesmos erros dos Jogos Pan-Americanos, no Rio, em 2007, e que obrigaram o governo federal a desembolsar mais recursos do que previa. Para Lula, como não houve divisão clara das responsabilidades da União, do Estado do Rio e do município, o governo federal assumiu o prejuízo para o país não ficar com o "nome sujo na praça".

Segundo o presidente Lula, a parte federal passou de R\$400 milhões a R\$600 milhões para quase R\$2 bilhões:

- É muito importante o que vocês assinaram, para a gente não repetir os Jogos Pan-Americanos. Eu lembro como se fosse hoje que muitas vezes a gente tentou construir um pacto para saber qual era a responsabilidade do governo federal, do governo estadual e do governo municipal. A gente não conseguiu. O que aconteceu é que estava previsto para o governo federal investir, me parece que R\$400 ou R\$600 milhões, e terminamos colocando quase R\$2 bilhões no Pan, porque ia sobrar para o Brasil. Seria o nome do Brasil que iria ficar sujo na praça e nós resolvemos colocar o dinheiro que faltou ser colocado pelas autoridades municipais e estaduais na ocasião.

Obras não estão atrasadas

Ontem, o governo federal anunciou o repasse de R\$20,7 bilhões, dez vezes mais o que foi gasto no Pan, para obras em aeroportos (R\$5,6 bilhões), portos (R\$740 milhões), construção de hotéis (R\$1,8 bilhão), estádios (R\$4,8 bilhões) e mobilidade urbana (R\$7,8 bilhões). A MP vai permitir aos municípios que são sedes da Copa contraírem mais dívidas, por conta dessas obras, sem serem atingidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O presidente disse que as negociações ficaram mais fáceis quando o governador Sérgio Cabral (PMDB) foi eleito e, depois, quando Eduardo Paes (PMDB) chegou à Prefeitura do Rio. Antes deles, a governadora do Rio era Rosinha

Matheus (PR), e o prefeito, Cesar Maia (DEM). O evento de ontem reuniu um público menor que o realizado em janeiro, quando todos os governadores compareceram, e houve até discurso da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, hoje candidata a presidente pelo PT. Ontem, faltaram desde governadores opositoristas, como Alberto Goldman (PSDB-SP), até aliados, como Cid Gomes (PSB-CE).

O ministro do Esporte, Orlando Silva, reconheceu que o gasto federal com o Pan foi além do previsto e atribuiu isso à falta de planejamento. Revelou que, como o Rio pleiteava sediar as Olimpíadas de 2016, os padrões das obras e dos serviços foram elevados, para impressionar o Comitê Olímpico Internacional (COI).

Lula, mais uma vez, rebateu as críticas de que as obras estão atrasadas, afirmando que é preciso cumprir um ritual. Para ele, é uma insensatez as pessoas repetirem que a organização da Copa está atrasada em dois anos e oito meses - tempo que o Brasil foi escolhido para sediar o Mundial.

- Outro dia eu ouvi um comentário de alguém dizendo: "Já perdemos dois anos e oito meses desde que a Copa foi decidida a ir para o Brasil. Nós já perdemos dois anos e oito meses e não fizemos nada". A insensatez leva algumas pessoas a esquecerem que tem um ritual. Entre decidir a Copa e as cidades serem escolhidas demorou, praticamente, um ano e meio, só para escolher as cidades. As cidades tiveram que apresentar projeto, tiveram que refazer projeto. Primeiro se apresentaram vinte e poucas cidades, depois se apresentaram dezoito cidades, depois foram escolhidas doze cidades - afirmou.

O presidente pediu paciência para cumprir as etapas:

- As pessoas, na verdade, ficam querendo que a gente coma o mingau antes de ele estar pronto. Quem não sabe comer mingau, precisa saber que quando a gente coloca o fubá no fogo e fica mexendo, tem muita borbulha, que a gente queima muito a mão mexendo a panela com uma colher de madeira até o mingau ficar pronto. Esta medida que nós assinamos significa que o mingau está pronto. Agora a gente vai poder começar a comer o mingau.

O presidente disse que a medida provisória estabelece, em caráter excepcional, novo limite de endividamento para as 12 cidades-sedes.

- Muitas cidades não têm capacidade de tomar R\$10 emprestados. Mesmo que eu seja amigo de todos os prefeitos e prefeitas e quisesse emprestar R\$10, eles não poderiam pegar esses R\$10. O que nós estamos fazendo é criando uma excepcionalidade para que as cidades que vão sediar a Copa do Mundo possam aumentar a sua capacidade de endividamento, para que possam fazer parte das obras que são da responsabilidade dos municípios fazer - disse Lula.

O Estado de S. Paulo

20 de julho

Lula diz que SP tem de ter Copa

Lula conversa com Ricardo Teixeira (CBF) em evento em Brasília, no qual o presidente da República afirmou que não consegue imaginar uma Copa sem São Paulo e se disse "disposto a entrar nessa conversa".

Durante evento em Brasília, presidente diz que vai entrar na discussão e faz pressão sobre o governador Alberto Goldman e o prefeito Gilberto Kassab

Na presença de Ricardo Teixeira, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), mas com o governador de São Paulo, Alberto Goldman (PSDB), e o prefeito da capital, Gilberto Kassab (DEM), ausentes, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tornou público o que vem articulando nos bastidores. Lula, como antecipou o Estado na semana passada, disse que vai entrar na discussão sobre o estádio da abertura da Copa em São Paulo e criticou governador e prefeito.

Lula mandou os recados ontem, durante solenidade de assinatura de Medida Provisória que autorizou as cidades-sede e os Estados envolvidos na Copa 2014 a contrair novos empréstimos e aumentar o limite de endividamento orçamentário. Lula quer que o estádio da abertura da 20.^a Copa fique em São Paulo. "Eu, sinceramente, não consigo imaginar uma Copa do Mundo no Brasil sem ter São Paulo como um dos cantinhos em que os atletas vão poder jogar bola. Estou disposto a entrar nessa conversa", disse Lula durante discurso na cerimônia, enquanto olhava para Juvenal Juvêncio, presidente do São Paulo. "E sei que em São Paulo há uma briga muita feia." O presidente desafiou Goldman e Kassab a lutarem para garantir a abertura no Estado.

A CBF, porém, dá sinais de que pode levar a abertura para outra praça. No dia 16 de junho a entidade vetou a reforma do Morumbi, orçada em R\$ 265 milhões, bem mais modesta do que o projeto original, de R\$ 636 milhões. Sem o Morumbi, o Comitê Paulista para a Copa praticamente descartou a possibilidade de São Paulo abrir o evento em 2014, por considerar que seria jogar dinheiro fora investir num outro estádio.

Na cerimônia, Lula, que já mostrava descontentamento com a CBF por causa do Morumbi, criticou Goldman e Kassab pela indefinição quanto ao estádio. "Acho que o governador já deveria ter chamado todo mundo envolvido para conversar, para encontrar uma solução, e não ficar brigando pela imprensa, porque o tempo urge nos investimentos que nós queremos fazer."

Prevendo as críticas, nem Goldman nem Kassab compareceram à cerimônia de ontem. Lula havia feito chegar tanto ao governador quanto ao prefeito e à CBF seu descontentamento com a exclusão do Morumbi. Para o presidente, gastar R\$ 1 bilhão na construção de outro estádio seria o máximo do desperdício do dinheiro público e a certeza de construção de um elefante branco para o futuro.

Mesmo com todos os desentendimentos a respeito do assunto, chegou ontem ao

presidente a informação, dada pelo próprio Teixeira, de que amanhã será realizada reunião em São Paulo para tratar do Mundial. O assunto Morumbi voltará a ser falado, mas comentava-se, entre os presentes, que Goldman e Kassab vão à reunião apresentar outra proposta, que consiste na reforma do Pacaembu, pertencente à Prefeitura. Essas obras deverão ficar em torno de R\$ 500 milhões e a capacidade do Pacaembu, hoje de 40 mil pessoas, seria elevada para 65 mil, número estipulado pela Fifa para a abertura.

Lula afirmou que o Brasil está num período eleitoral e que muita gente torce para que o planejamento da Copa de 2014 não dê certo. Dos 11 prefeitos das cidades-sede, compareceram nove. Olhando para eles, Lula lembrou que tinham mandato até 2012. "Portanto, uma boa parte das obras ainda será feita na gestão desses companheiros."

[<volta>](#)

O Estado de S. Paulo

20 de julho

Fundos de pensão entrarão no trem-bala

Funcef, Petros e Previ articulam investimento conjunto depois do leilão

Peças estratégicas no financiamento das grandes obras de infraestrutura do governo, os fundos de pensão das estatais participarão do trem de alta velocidade (TAV) que ligará o Rio a São Paulo e Campinas. Segundo uma fonte do governo, representantes de Funcef (Caixa Econômica Federal), Petros (Petrobras) e Previ (Banco do Brasil) vêm se reunindo com o governo e comunicaram que articulam a formação de um fundo de investimento para se associar ao vencedor após o leilão.

Com o fundo, essas entidades visam a entrar com participação na sociedade de propósito específico (SPE) que vai construir e operar a ferrovia, cujo orçamento é de R\$33,1 bilhões. Depois do leilão, a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (ETAV) vai se incorporar ao grupo, com 33% do capital.

A participação dos fundos é tradição nos grandes investimentos nacionais. Este ano, a Funcef comprou 5% de participação no consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESDB), que constrói a hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. Os fundos de pensão participam, direta e indiretamente, com 27,5% no projeto de Belo Monte, no Pará.

Enquanto isso, o governo acompanha e estimula as conversas nos bastidores entre investidores nacionais e estrangeiros. Trata-se de uma estratégia comum em grandes projetos no país. O objetivo declarado é monitorar o movimento dos interessados, mas a estratégia real é evitar que não haja concorrência suficiente no leilão. O governo adotou política semelhante nos últimos leilões de hidrelétricas.

- Estimulamos a maior participação possível e a concorrência, mas não estamos forjando grandes grupos. Não acreditamos que o leilão ficará vazio (sem interessados)

- diz a fonte do governo.

Representantes de sete países estão interessados no TAV - China, Japão, Coreia do Sul, França, Alemanha, Itália e Canadá. Apenas os chineses não manifestaram interesse em ter um sócio nacional na empreitada. Os interessados têm conversado com o Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). De acordo com a fonte, apenas os coreanos sinalizaram que participarão mesmo da licitação. Para isso, contam com o apoio de dez empresas locais, como Hyundai e Samsung.

- Já temos a garantia de que um consórcio irá entrar no leilão, e outros grupos estão sendo formados - diz a fonte.

Projeto vai unir tecnologia internacional à brasileira

Para o governo, a fórmula da SPE do trem-bala será associar a tecnologia internacional - inexistente no país - com empreiteiras brasileiras. A Andrade Gutierrez tem conversado com a japonesa Mitsui e a francesa Alstom. A Siemens, alemã, poderia se associar com espanhóis da Renfe e CAF. A Alstom poderia se unir com os espanhóis. A leitura do governo é que cada empreiteira deverá se associar com um estrangeiro separado.

Para o governo, as conversas resultarão em associações a partir de agosto. Como o prazo para apresentar as propostas na Bolsa de Valores de São Paulo é até 29 de novembro, haveria três meses para fechar os detalhes.

[<volta>](#)

O Estado de S. Paulo

20 de julho

Porto do Rio abre espaço para o pré-sal

O Porto do Rio de Janeiro terá uma área destinada a embarque de equipamentos e cargas do pré-sal da Bacia de Santos. A Companhia Docas do Rio vai licitar área equivalente a dois terços do terminal público do Porto do Rio para atividades offshore, disse ontem o presidente da companhia, Jorge Luiz de Mello, em entrevista sobre as comemorações o centenário do porto.

Segundo ele, a Petrobrás já realiza operações no porto, ainda como teste. Os departamentos jurídicos da Petrobrás e da companhia Docas estão avaliando os resultados e devem abrir licitação nos próximos meses.

A Petrobrás movimentou em torno de cinco mil toneladas de cargas nos dois meses de teste. Não há estimativa de volume, mas é provável que a estatal deverá usar também

outros terminais para atender suas atividades no pré-sal, além dos já existentes e do porto do Rio.

"Certamente a demanda da Petrobrás será maior do que a capacidade que podemos oferecer", disse Mello, lembrando que o terminal de Angra dos Reis também está quase todo dedicado às mesmas atividades.

Ainda nesta etapa de testes, os suprimentos que estão passando pelo porto do Rio servem para atender a 12 plataformas de perfuração e exploração que estão atuando no pré-sal de Santos. O objetivo é que a área a ser disponibilizada atenda as necessidades de 28 plataformas do pré-sal de Santos até 2012. Segundo Mello, não haverá necessidade de remanejamento de cargas para abrir novas áreas, "Vamos usar capacidade ociosa, além de demolir alguns armazéns que antes eram utilizados para depósito de minério de ferro e que já foram destinados a outras áreas do porto", comentou.

Ainda não há estimativas sobre quanto será investido nesta nova atividade offshore do porto do Rio. Para os próximos quatro anos, o porto vai receber cerca de R\$ 600 milhões em obras de modernização, que incluem a construção de um edifício garagem no terminal da Multicar, além do aterramento de uma área encostada no antigo estaleiro Ishibrás - hoje arrendado pela Petrobrás - para a construção de novos pontos de armazenamento de contêineres.

As estimativas são de que as obras permitam elevar em até seis vezes a movimentação de contêineres e em pelo menos 50% o embarque de veículos no Porto do Rio. Depois da queda na movimentação de cargas em 2009, em cerca 30% sobre o ano anterior, os portos do Rio de Janeiro deverão se recuperar em 2010 e devem fechar o ano bastante próximos aos volumes de 2008.

"Pela movimentação do primeiro semestre percebemos que há uma tendência de recuperação, mas ainda não de superação do volume movimentado em 2008", afirmou o presidente da Docas.

Ele lembra que também há estimativas de aumento no número de passageiros passando pelo porto nos próximos anos, devendo atingir a um milhão de turistas com a Copa em 2014, ante 500 mil no ano passado.

[<volta>](#)

O Estado de S. Paulo

20 de julho

Seguradoras firmam posição contra criação de nova estatal

Impasse marca as negociações entre o governo e as seguradoras privadas em torno do projeto de lei que cria a Empresa Brasileira de Seguros (EBS). Após reunião no Ministério da Fazenda, o diretor da Confederação Nacional das Empresas de Seguros

Gerais, Previdência Privada, Vida e Capitalização (CNSeg), Alexandre Malucelli, afirmou que o setor não abre mão da posição contrária à criação da EBS. Segundo ele, as empresas do setor vão continuar pressionando politicamente contra a estatal.

O Ministério da Fazenda, no entanto, não deu sinais de que vai recuar da proposta que foi incluída no pacote de estímulo às exportações, anunciado em maio passado. Malucelli e outros representantes da CNSeg estiveram reunidos por mais de uma hora com o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Dyogo Oliveira.

O dirigente da CNSeg, vice-presidente da J. Malucelli (maior seguradora da América Latina), disse que o setor propôs a criação de um fundo, formado por fundos estatais garantidores de crédito e a ser administrado pelo BNDES, como alternativa à seguradora estatal proposta pelo governo.

[<volta>](#)

Valor Econômico

20 de julho

Mantega nega novos aportes ao BNDES

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ao Valor que o custo de equalização das taxas de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), executado pelo BNDES, é de R\$ 5 bilhões por ano. Esses dados, segundo Mantega, estão contabilizados no Orçamento da União, na rubrica de subsídios financeiros.

Entrevista: Subsídio do PSI soma R\$ 5 bilhões ao ano, diz Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que o custo de equalização das taxas de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), executado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é de R\$ 5 bilhões ao ano e que esses dados estão contabilizados no Orçamento da União, na rubrica de subsídios financeiros. Mantega negou que o governo esteja estudando um novo aporte de recursos para o BNDES e afirmou que, agora, o banco terá "que andar com as próprias pernas". O ministro antecipou que o governo estuda novos mecanismos para estimular a entrada do setor privado no financiamento de investimentos de longo prazo. Uma alternativa em estudo é o incentivo à emissão de debêntures para empreendimentos específicos.

Para Mantega, a maturação dos investimentos realizados nos últimos anos permite que o Brasil cresça, sem pressão inflacionária, entre 5,5% e 6% ao ano. Ele estima um crescimento de "um por cento ou um pouco menos" no segundo semestre deste ano, e projeta que, no segundo semestre, o Brasil estará em ritmo de expansão de 5,5%. Ele não quis falar sobre a decisão do Copom de amanhã, mas afirmou que, em sua opinião, a economia brasileira "já entrou no trilho de um crescimento sustentado". Mantega não acredita que vá sobrar receita com o maior crescimento da economia

previsto para este ano. ""Mas se sobrar, ela não será gasta", afirmou. A seguir, trechos da entrevista que o ministro concedeu ao Valor.

Valor: A desaceleração do ritmo de crescimento da economia já indica que é possível parar o processo de elevação da taxa de juros?

Guido Mantega: Isso quem tem que responder é o Banco Central. O que posso dizer é que a economia brasileira já entrou no trilho de um crescimento sustentado. O que estava ocorrendo no início do ano era o resultado do estímulo que foi dado para a economia se recuperar da crise. Com os estímulos, a economia recuperou o espaço perdido durante a crise. No ano passado, o país praticamente não cresceu. Nós retomamos aquele patamar anterior à crise e a economia tende a estacionar num patamar de crescimento sustentado, de 5% a 6%, que é o que nós planejamos. Tem aqueles analistas de plantão que se entusiasmam com as próprias análises, que diziam que a economia estava superaquecida. Eu dizia que estava aquecida e não superaquecida, que iríamos retirar todos os estímulos e a economia voltaria a um patamar mais baixo. Foi o que aconteceu. Como os estímulos iam acabar, a população antecipou as compras e, por isso, o resultado do primeiro trimestre incorporou uma parte do segundo trimestre. Isto significa que nós esperamos um segundo trimestre com um crescimento bem inferior aos 2,7% do primeiro trimestre.

Valor: Qual é a sua estimativa para o crescimento do segundo trimestre?

Mantega: Estimo que de um por cento para baixo. Mas lembrando que dos 2,7% do primeiro trimestre, uma parte pertenceria ao segundo trimestre. Em março, as vendas de automóveis dispararam; em abril, houve uma queda; em maio, uma pequena recuperação e, em junho, as vendas já atingem o patamar médio que devem ficar. Nós devemos comemorar a sólida recuperação do Brasil da crise internacional. Este ano, o Brasil vai crescer 6,5% a 7%, o que será, entre os grandes países, o segundo maior crescimento do mundo, perdendo apenas para a China. Esse é o maior crescimento desde 1986. Porém, como a população está crescendo muito menos, será o maior crescimento do PIB per capita dos últimos 30 anos. A nossa previsão é que o crescimento que será registrado no segundo semestre deste ano, anualizado, não dará mais do que 5,5%, que é uma taxa muito boa para o Brasil.

Valor: O mercado futuro de taxa de juro está apontando para uma redução em relação às estimativas anteriores.

Mantega: O DI para 2011 só hoje está caindo 0,36. Na semana passada, ele deu uma boa despencada.

Valor: Alguns analistas já acreditam em elevação da Selic menor do que 0,75 ponto pelo Copom. Essa também é a sua expectativa?

Mantega: Eu não tenho expectativa nenhuma em relação ao Copom. O BC é autônomo e faz a sua análise. Mas o DI 2012 já deu uma subidinha... É que também depende um pouco da economia internacional, que teve alguns fatos adversos nesses últimos dias. Irlanda, Hungria etc., tudo isso às vezes mexe. Não sei o que vai acontecer com a taxa de juros, nem quero saber, mas com a inflação está acontecendo aquilo que eu

também previa no início do ano. E, mais uma vez, os apressadinhos disseram que nós estávamos perdendo o controle da inflação. Eles faziam uma correlação entre superaquecimento e elevação da inflação. Nós dissemos que era choque de oferta, pois foram os alimentos que puxaram essa inflação. Mas tinha gente dizendo que era pressão de demanda...

Valor: Qual é a sua previsão para o comportamento da inflação neste resto de ano?

Mantega: O IPCA zero em junho foi um choque na cabeça desses analistas, que tiveram que refazer todas as contas. Até o Focus (boletim publicado pelo Banco Central com estimativas do mercado) que é lento, já reviu para baixo. Ele chegou a estimar 5,6% de inflação para este ano, o que era evidentemente um equívoco. Como ele revisa a cada semana, ele vai acabar acertando no final do ano. É mais ou menos como aquele relógio quebrado que, em algum momento, acerta a hora. Tem uns analistas que são que nem relógio quebrado: uma hora eles acertam.

Valor: Mas a inflação do setor de serviços não está resistindo muito?

Mantega; Quando a economia cresce 5,5% a 6%, ela tem uma inflação. É normal. Por isso, a nossa meta de inflação não é zero, não é dois por cento. Tem uma razão para isso. Existe uma certa inflação no Brasil. O problema é ela estar dentro da meta que nós estabelecemos. No sistema de metas, o governo diz para a sociedade qual é a inflação que será perseguida e acabaremos alcançando. Quando se tem um ano de atividade mais baixa, como no ano passado, é normal que a inflação fique abaixo do centro da meta. Quando se tem um ano de aquecimento salutar da economia, se tem uma inflação um pouco maior. O setor de serviços é o setor que mais sobe a inflação no momento de aquecimento. Mas ele vai para cima e vai para baixo também. Quando cai o nível de atividade, cai o preço. Mas isso não ocorre com os manufaturados, que podem ser importados. A inflação do setor de manufaturados é bem comportada, mesmo com o aquecimento da economia.

Valor: Para o sr., a inflação deste ano está mais perto de 5% ou de 5,5%?

Mantega: Mais perto de 5%. E 5% está dentro da meta. Por isso é que se tem a margem de dois pontos percentuais para baixo e para cima do centro da meta. Mas é claro que há setores mais aquecidos do que outros. O setor da construção civil está mais aquecido por duas razões. É o setor no qual o governo está investindo, dirigindo recursos, estimulando infraestrutura. Além disso, o governo vem estimulando a construção de habitações. Em 2009, nós financiamos quase 900 mil unidades habitacionais, o que foi um recorde. É um setor que gera empregos e essa é uma das razões por que o estimulamos.

Valor: Este cenário favorável da economia brasileira para este ano não pode ser afetado pelos problemas da economia dos países desenvolvidos, como os da Europa? Existe a possibilidade do duplo mergulho?

Mantega: A hipótese sempre existe, mas mesmo o principal defensor dessa tese, que era o Nouriel Roubini, mudou de ideia. A crise financeira deixou grandes problemas para os países que não estavam bem estruturados. Portanto, eu acho que a

probabilidade do duplo mergulho é baixa, porque a própria crise de 2008 gerou um G-20 forte e os países aprenderam a administrar a crise. Podemos ter um problema na União Europeia, como tivemos, mas não quebra, não vai às últimas consequências, porque se tem como remediar.

Valor: O que se teme agora é que uma retirada dos estímulos fiscais dos países desenvolvidos provoque uma nova crise e alguns falam que é necessária nova rodada de gastos.

Mantega: Na última reunião do G -20 prevaleceu a posição de não retirada dos estímulos e de não se exagerar no ajuste fiscal. Ajustes fiscais muito rigorosos levam a crescimento baixo e, portanto, a perpetuar uma deficiência fiscal. Isso nós recomendamos e está no comunicado. Todos concordaram que os países europeus terão que fazer ajuste fiscal, pois estão muito endividados. O problema é a dosagem do ajuste, é fazer um ajuste que não seja hostil ao crescimento.

Valor: Alguns analistas questionam os custos do PSI e dizem que eles não são conhecidos.

Mantega: O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) vai até o fim deste ano. É um programa muito eficiente e é um dinheiro bem gasto. Ao contrário do que se diz, o custo desse programa, o subsídio, está explícito no orçamento, que subiu muito.

Valor: Como o sr. avalia a afirmação de que o governo criou uma nova "conta movimento" na relação do Tesouro com o BNDES?

Mantega: Acho um grande equívoco. O BNDES teve que entrar em campo em um momento em que faltava crédito na economia brasileira e havia o risco de se ter uma depressão dos investimentos. Nós impedimos isso justamente com essa atuação específica. Nós colocamos crédito no BNDES que não estava chegando aos investidores. O crédito que colocamos lá não é a fundo perdido, não é jogar dinheiro fora, como fizeram em outros países, que taparam buracos. Nós não tapamos nenhum buraco. Com a exceção de uma pequena parcela que foi capital de giro, uns R\$ 11 bilhões a R\$ 12 bilhões, mas R\$ 200 bilhões foram para investimento.

Valor: A crítica é que não se sabe direito qual é o custo.

Mantega: Sabe-se perfeitamente qual é o custo. No caso do PSI, nós fizemos equalização de taxa de juros. O PSI tem subsídio de R\$ 5 bilhões ao ano. Se uma linha de crédito era de 4,5% ao ano e o custo da linha era de, digamos, 8%, nós equalizamos e isso está registrado no Orçamento. É só você ver como aumenta essa despesa, de subsídio financeiro do governo. Ela está lá registrada. Esse custo se paga pelo efeito, pela eficácia que a medida tem. Se não tivéssemos tomado essa medida, teríamos uma demora na recuperação do investimento e da atividade. Se o investimento cai e cai o consumo, o PIB cai, a arrecadação cai. Não se fatura PIS e Cofins, não se fatura ICMS, nem IPI. Então, o subsídio é pago pela recuperação da atividade econômica.

Valor: O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, tem dito que está discutindo

alternativas para a redução do funding do BNDES. Quais são essas alternativas?

Mantega: Nós tivemos essa intervenção em um momento de crise. No pós-crise teremos que trazer o crédito privado para dentro dessa equação.

Valor: O que será feito para estimular o setor privado a entrar mais na oferta de crédito, seguro e garantia?

Mantega: O primeiro passo foi criar a letra financeira para os bancos privados. O Ministério da Fazenda está estudando medidas há algum tempo e ainda é cedo para falar nisso. É como se fosse um amadurecimento do sistema financeiro, que financiava, em 2003, R\$ 400 bilhões, agora estamos com R\$ 1,5 trilhão. Então, estamos ganhando escala, e precisamos de outros mecanismos. Pretendemos estimular debêntures voltadas para empreendimentos específicos. O setor privado precisa entrar mais nisso.

Valor: Haverá novo aporte do Tesouro no BNDES?

Mantega: Não há novo aporte pensado para o BNDES. O BNDES tem nível de recursos próprios entre R\$ 60 bilhões e R\$ 65 bilhões por ano. O BNDES também terá que aprender a captar no mercado. Pode colocar debênture, pode captar no mercado internacional e também terá que andar com as próprias pernas. Mas não vamos descuidar da infraestrutura. Então, o BNDES ficará mais focado na infraestrutura e o setor privado poderá entrar, por exemplo, no financiamento industrial de longo prazo, de exportações, construção civil, produtos manufaturados.

Valor: Aumentou a capacidade de o Brasil crescer sem gerar inflação?

Mantega: Estamos desde 2004 com o investimento aumentando. Isso ganhou muito impulso a partir de 2006 e 2007 com o PAC. O PIB potencial está entre 5,5% e 6%, pois podemos complementá-lo com importações.

Valor: Isso muda a visão da política monetária?

Mantega: Não muda, porque quando há o sistema de meta de inflação, a autoridade monetária só pode olhar para a inflação. Não pode olhar para outras coisas e não interessa se a economia está crescendo a 3%, 4%, 5% ou 7%. A missão do Banco Central é olhar para a inflação de curto, médio e longo prazo. Mas certamente revolucionamos o produto potencial.

Valor: Com crescimento maior, haverá maior receita. O que o governo fará com essa receita adicional?

Mantega: Não há receita adicional, porque tivemos que fazer desoneração por causa da crise, tivemos que fazer equalização do PSI, que tem subsídio de R\$ 5 bilhões ao ano, tivemos problemas com Estados e municípios, que registraram queda na arrecadação, e com os quais gastamos R\$ 3 bilhões. Então, ainda estamos pagando essa conta.

Valor: Em abril, o sr. anunciou um corte de R\$ 10 bilhões nos gastos do governo

federal. A arrecadação adicional com o maior crescimento vai recompor os gastos?

Mantega; O volume da arrecadação foi comprometido no início do ano e isso faz falta. Não estou achando que vai sobrar dinheiro, porque fazer 3,3% do PIB de superavit primário este ano não é meta fácil. Uma meta de pós-crise e ainda pagando o preço da crise... Faremos, porque é um compromisso e está na LDO, mas não será fácil. Não vai sobrar dinheiro.

Valor: E se sobrar dinheiro, o que será feito? Poderá ir para o Fundo Soberano?

Mantega: Se sobrar não será gasto. Mas não acredito que sobrará. Porque a projeção de crescimento de 7% é assim: cresceu muito no primeiro trimestre e nos outros trimestres haverá queda de atividade e acho que vamos terminar de forma equilibrada e não vai dar para reforçar o Fundo Soberano.

Valor: No ano passado, gastou-se mais porque era ano de crise. Este ano, a economia está em retomada e se poderia fazer o movimento contrário...

Mantega: 2010 ainda tem resquício do período de crise, não é um ano totalmente normal. 2011 será um ano normal, com todos os estímulos eliminados, portanto, com arrecadação normalizada. Eu recomendaria ao próximo governo perseguir a meta de 3,3% de superávit, porque reduz a relação dívida/PIB, e se a arrecadação for mais forte recomendo não gastar e destinar ao Fundo Soberano.

Valor: Mas a meta poderá não ser 3,3% porque a LDO de 2011 fixou a meta nominal de superávit de R\$ 125,5 bilhões. Por que isso?

Mantega: Fixamos essa meta porque o PIB está sujeito a revisões, felizmente para mais. No ano passado, fixamos uma meta. Aí o IBGE revisou o PIB de 2007. Estávamos em 2009, de repente o PIB de 2007 passou de 5,7% para 6,1%, isso significa que tivemos que avançar 0,4 ponto percentual para cumprir a meta, que era em percentual do PIB. Não é bom, porque nos vemos às voltas com outro dado. É melhor estabelecer a meta que equivale a 3,3% do PIB em determinado momento e não sujeita a volatilidade.

[<volta>](#)

Valor Econômico

20 de julho

São Paulo ainda procura estádio para os jogos

O governo federal fez ontem mais um evento para anunciar medidas destinadas a facilitar a execução das obras relacionadas à Copa do Mundo de Futebol de 2014, mas o encontro acabou sem a indicação de qualquer solução para que São Paulo, a maior das cidades-sede, tenha um estádio capaz de abrigar a abertura do evento.

Durante a solenidade que elevou o limite de endividamento para as cidades-sede - sem a presença do governador Alberto Goldmann (PSDB) e do prefeito Gilberto Kassab (DEM) - o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que vai entrar pessoalmente na história porque não consegue "imaginar uma Copa do Mundo no Brasil sem um cantinho em São Paulo para os atletas jogarem bola".

Lula referiu-se ao assunto ao lembrar que as obras nos estádios são de responsabilidade dos clubes ou da iniciativa privada. Foi disponibilizada uma linha de financiamento do BNDES de R\$ 4,8 bilhões para a reforma das chamadas arenas - tendo como limite máximo para cada estádio o valor de R\$ 400 milhões.

Amanhã está marcada uma reunião em São Paulo entre Ricardo Teixeira, representantes da Fifa, Alberto Goldmann e Gilberto Kassab. Existe a possibilidade de o ministro do Esporte, Orlando Silva, também participar do encontro. Ontem, Silva não manifestou sua preferência sobre o melhor estádio para São Paulo. Mas defendeu pressa na definição. "Os estádios são obras da iniciativa privada. Mas uma Copa não inclui apenas estádios", lembrou.

Ele disse que, se o Morumbi for o palco escolhido, já existe a previsão da construção de um monotrilho como projeto de mobilidade urbana. "Se for outra a solução escolhida, teremos de buscar mais alternativas de transporte. Quanto mais tempo demormos, maiores as chances das obras ficarem mais caras", disse o ministro.

O impasse em São Paulo aconteceu após a Fifa vetar o Morumbi, do São Paulo FC, como o estádio paulista para as partidas da Copa. Uma segunda alternativa apresentada foi a construção de um novo estádio em Pirituba, batizado de "Piritubão". A reforma do estádio do Palmeiras, que deve estar concluída, permitiria que ele sediasse jogos da Copa, mas não a abertura do evento.

Em relação às demais cidades-sede, Silva demonstrou tranquilidade. Afirmou que praticamente todos os estádios já iniciaram as obras. Disse que a reforma da Arena da Baixada, em Curitiba, deve sair, pois já existe um acordo para que o governo paranaense e a prefeitura de Curitiba auxiliem o Atlético Paranaense, proprietário do estádio, a concluir a obra. No caso do Maracanã, no Rio, e do Beira-Rio, em Porto Alegre, as coisas seriam mais simples, para ele, porque são reformas.

[<volta>](#)

Valor Econômico

20 de julho

MP autoriza endividamento maior para obras da Copa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou ontem, por medida provisória, que as cidades-sede da Copa aumentem seus limites de endividamento para realizar obras de infraestrutura. Segundo o coordenador de projetos e investimentos do Tesouro Nacional, José Cordeiro Neto, essa MP não altera a Lei de Responsabilidade Fiscal

(LRF), que limita em 120% da receita corrente líquida o endividamento dos municípios. "Temos dois limites que devem ser observados para se definir o endividamento. Um é a LRF e outro é o definido pela MP 2185, que tratou da renegociação das dívidas com a União."

Na MP 2.185, os limites são outros. A MP da Copa equipara os dois parâmetros, ao permitir que os municípios incluídos nos contratos de renegociação das dívidas também possam endividar-se com um limite correspondente a 120% de sua receita corrente líquida. O teto atual é de 100%. "Observamos que, por essa regra dos 100%, alguns municípios, como o Rio de Janeiro, por exemplo, não poderiam mais fazer empréstimos para obras de infraestrutura", completou o coordenador do Tesouro. Das 12 cidades-sede, três ou quatro estariam inviabilizadas, se a medida não fosse tomada.

Assessores do governo explicaram que sempre houve essa "dicotomia" entre as duas regras de endividamento, desde que a MP foi editada em 2001. A ação do governo ontem preservou a LRF - que só pode ser alterada por projeto de resolução do Senado - e modificou apenas a legislação relativa aos contratos de renegociação de dívidas.

Os indicadores de endividamento das capitais, contudo, não confirmam a preocupação apontada pelo coordenador e mostram espaço para endividamento dos municípios-sede. O **Valor** divulgou reportagem na sexta-feira, mostrando que, pelos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a única cidade-sede sem margem para ampliar o endividamento era São Paulo. A capital paulista tem - segundo dados da própria Secretaria do Tesouro Nacional - uma relação dívida/receita corrente líquida de 207,98%, bem acima dos 120% permitidos por lei. Por outro lado, a cidade do Rio de Janeiro - que segundo Cordeiro estaria impossibilitada de contrair novos empréstimos - tem uma relação dívida/receita de 25,45%, o que permitiria contrair dívidas de até R\$ 9,8 bilhões.

Alegando sigilo fiscal e demora no encaminhamento dos dados, Cordeiro Neto não deu outros exemplos de municípios que poderão beneficiar-se com a MP. Os municípios que renegociaram dívidas em 2001 e podem ser beneficiadas com a nova MP são Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Natal, Recife, Salvador e , Cuiabá.

A MP também libera as cidades de apresentar um papel para comprovar estarem em dia com seus débitos. Segundo o coordenador do Tesouro, essas certidões já estão em formato eletrônico em diversos sites do governo e a obrigatoriedade da apresentação de um novo documento simplesmente cria uma "burocracia a mais".

Durante a cerimônia de assinatura da MP, o presidente Lula atacou duramente os críticos da lentidão nas obras da Copa. Lembrou que, entre a confirmação da escolha do Brasil como sede da Copa e a definição das 12 sedes dos jogos passou-se um ano e meio. "Começamos com 20 sedes, reduzimos para 18 e depois chegamos às 12".

Além da MP, Lula assinou outros dois termos aditivos ao PAC, ampliando para R\$ 5,5 bilhões os recursos para obras em 13 aeroportos, antes calculados em R\$ 4,47 bilhões, e R\$ 740 milhões para investimentos em sete portos, antes projetados em R\$ 679 milhões. A diferença se deve ao fato de o governo ter acrescentado os investimentos

que já vinham sendo feitos pelo PAC, mas não estavam entrando no balanço do programa de aeroportos da Copa.

Segundo o ministro dos Esportes, Orlando Silva, outros termos aditivos deverão ser assinados nos próximos meses, envolvendo investimentos em segurança pública e telecomunicações.

Lula lembrou que a previsão inicial era que o governo federal investisse R\$ 500 milhões ou R\$ 600 milhões nas obras do Pan, mas acabou tendo que colocar R\$ 2,8 bilhões para que a imagem do Rio e do Brasil não ficasse prejudicada perante a opinião pública mundial. Para o presidente, as coisas devem funcionar melhor agora, pois o governador do Rio é o Sérgio Cabral Filho (PMDB) e o prefeito é Eduardo Paes (PMDB). Na época das negociações para as obras do Pan, tanto o governo estadual (Rosinha Garotinho, hoje no PR) quanto a prefeitura (César Maia, do DEM) eram ocupados por adversários políticos de Lula.

O governo federal também incluiu na MP algumas medidas que não têm relação direta com o assunto central - os chamados contrabandos em MPs. Um deles permite que terrenos da Marinha sejam transferidos para a Companhia Docas do Rio de Janeiro, com o objetivo de revitalizar a zona portuária fluminense. Outro contrabando incluído pelo governo na MP da Copa são novas regras para definir a venda de imóveis funcionais do INSS e para dar um destino ao espólio da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

[<volta>](#)

Correio Braziliense

20 de julho

Cofre liberado para a Copa

Presidente assina Medida Provisória que autoriza municípios a comprometerem até 120% das receitas líquidas anuais com investimentos para o Mundial de futebol.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem uma polêmica Medida Provisória (MP) que concede benefícios econômicos às cidades sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. O texto aumenta o limite de endividamento de 100% para 120% das receitas líquidas anuais dos municípios que sediarão esses eventos esportivos. Dessa maneira, os gestores terão acesso a verbas para investimentos em obras de infraestrutura e a possibilidade de conseguir financiamentos com dinheiro público.

A organização dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, realizados em 2007, não deve servir de modelo para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016. Na cerimônia de assinatura da MP, Lula fez um mea-culpa e criticou a maneira como foram conduzidas as obras na capital fluminense. De acordo com o presidente, Cesar Maia e Rosinha Matheus — prefeito e governadora na ocasião — não cumpriram

com os compromissos financeiros e, por isso, o governo federal foi obrigado a intervir.

“O que assinamos é muito importante para o que aconteceu no Pan não se repita. Lembro como se fosse hoje: nós tentamos firmar um pacto para saber quais eram as responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal e não conseguimos. Na época, estava previsto o investimento do governo federal de uma quantia entre R\$ 400 milhões e R\$ 600 milhões. No fim, tivemos de colocar quase R\$ 2 bilhões porque as autoridades estaduais e municipais não colocaram. Não teve jeito porque ficaria feio para o Brasil”, ressaltou o presidente.

Lula rebateu novamente as críticas sobre os atrasos nas obras para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. “As pessoas ficam querendo que a gente coma o mingau antes de estar pronto. Essa medida que assinamos significa que o mingau está pronto. Agora, estão definidos as cidades, os projetos e o dinheiro”, disse. “Muitas das cidades não podiam pegar R\$ 10 emprestados. Estamos criando uma excepcionalidade para que os prefeitos possam fazer a parte das obras que é da responsabilidade dos governos municipais”, completou.

O número

R\$ 748,4 milhões

Valor liberado para implementações no aeroporto de Brasília

Morumbi entra no debate político

A indecisão sobre a participação de São Paulo na Copa do Mundo de 2014 também foi discutida no evento de ontem. Lula aproveitou a oportunidade para alfinetar o governador do estado, Alberto Goldman (PSDB). O presidente afirmou que Goldman já deveria ter chamado todas as partes envolvidas para resolver as questões pendentes.

“Eu, sinceramente, não consigo imaginar uma Copa do Mundo no Brasil sem ter São Paulo como um dos cantinhos onde os atletas vão poder jogar. Eu estou disposto a entrar nessa conversa e sei que há uma briga muito feia lá”, disse Lula.

Orlando Silva criticou o fato de que Goldman e o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), não estarem presentes na cerimônia. “Eles são os principais interessados”. Segundo Silva, no próximo dia 21, o governador vai receber uma comissão da Federação Internacional de Futebol (Fifa) para definir o assunto. “A minha expectativa é que, até quinta-feira, essa situação esteja resolvida”, concluiu.

Não consigo imaginar uma Copa do Mundo no Brasil sem ter São Paulo
Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Novo técnico até domingo

O presidente da CBF, Ricardo Teixeira, vai anunciar o nome do novo técnico da Seleção Brasileira até o próximo domingo. Ao contrário do que já foi veiculado, não haverá um treinador temporário, hipótese que foi considerada caso Carlos Alberto Parreira assumisse o cargo de supervisor.

Já o amistoso contra os Estados Unidos, marcado para 10 de agosto, em Nova Jersey,

terá uma base de jogadores que atuam no futebol brasileiro. Além disso, a decisão de antecipar a data que permite a inscrição de jogadores que vieram de transferência do exterior, servirá para que o novo técnico possa avaliar esses atletas.

Ministro dispara fogo amigo

No mesmo evento, o ministro dos Esportes, Orlando Silva, classificou como inconsistente e frágil o planejamento inicial para os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro e garantiu que os mesmos problemas não voltarão a acontecer na Copa e nas Olimpíadas, pois, dessa vez, os projetos estão detalhados e transparentes. Em 2007, por causa da demora na conclusão da estrutura para os Jogos, muitos serviços foram contratados às pressas, sem licitação.

Orlando Silva, no entanto, era secretário executivo do Ministério dos Esportes na época do Pan e Agnelo Queiroz, candidato do PT ao governo do Distrito Federal, era o chefe da pasta. “Tudo aquilo serviu de aprendizado. Fazendo uma analogia, a Copa no Brasil é uma aeronave que ainda não atingiu a velocidade de cruzeiro, mas está na fase de ascensão, de aumento da velocidade. A minha expectativa é que possamos atingir a velocidade desejável em 2011”, ponderou Orlando Silva.

Agnelo Queiroz foi procurado para comentar o assunto e, por meio da assessoria de imprensa, declarou que deixou o ministério, em abril de 2006, com o que foi possível encaminhado. Ainda de acordo com os assessores, o ex-ministro recebeu uma carta de Lula elogiando a atuação dele.

R\$ 6 bi para portos e aeroportos

O ministro do Esporte, Orlando Silva, assinou um termo aditivo à Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo 2014 que prevê investimentos de R\$ 5,5 bilhões para aeroportos e R\$ 740,4 milhões para portos. A medida define os recursos e os cronogramas das obras para as duas áreas.

Para o ministro, o ato é mais um passo importante na preparação para a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. “A Infraero executará os recursos na reforma e ampliação de 13 aeroportos das cidades ligadas ao projeto da Copa do Mundo. O investimentos da Secretaria Especial de Portos vão qualificar sete portos no nosso país, o que vai ter impacto no transporte e, sobretudo, como leitos temporários para receber os visitantes que estarão aqui no nosso país”, explicou.

Valores dos investimentos

Aeroportos

Belo Horizonte (MG) - R\$ 408,6 milhões

Brasília (DF) - R\$ 748,4 milhões

Cuiabá (MT) - R\$ 87,5 milhões

Curitiba (PR) - R\$ 72,8 milhões

Fortaleza (CE) - R\$ 279,5 milhões

Manaus (AM) - R\$ 327,4 milhões

Natal (RN) - R\$ 576,9 milhões
Porto Alegre (RS) - R\$ 345,8 milhões
Recife (PE) - R\$ 19,8 milhões
Rio de Janeiro (RJ) - R\$ 687,3 milhões
Salvador (BA) - R\$ 45,1 milhões
São Paulo (SP) - R\$ 1,219 bilhão
Campinas (SP) - R\$ 742 milhões

Portos

Fortaleza (CE) - R\$ 105,9 milhões
Manaus (AM) - R\$ 89,4 milhões
Natal (RN) - R\$ 53,7 milhões
Recife (PE) - R\$ 21,8 milhões
Rio de Janeiro (RJ) - R\$ 314,00 milhões
Salvador (BA) - R\$ 36 milhões
Santos (SP) - R\$ 119,9 milhões

Memória

Gastos 10 vezes superiores ao previsto

Os gastos elevados com os Jogos Pan-Americanos despertaram a atenção de políticos e da população antes mesmo do início do evento. Ainda em março de 2007, deputados federais brasileiros iniciaram uma fiscalização e chegaram a cogitar a criação de uma CPI para investigar os gastos, que, de acordo com o Ministério do Esporte, já eram mais de dez vezes superiores aos previstos inicialmente.

Passado o evento, cresceram as atenções sobre os custos e uma CPI voltou a ser cogitada, com base num relatório do Tribunal de Contas da União que levantava dúvidas sobre procedimentos adotados pelo CO-RIO em licitações e contratos. Os gastos totais estimados eram de cerca de R\$ 3,7 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão oriundos da Prefeitura.

Em junho de 2009, quase dois anos após o Pan, o Tribunal de Contas da União identificou um superfaturamento de R\$ 2,74 milhões no serviço de hotelaria da Vila Pan-Americana. Três meses depois, divulgou o relatório final de acompanhamento dos Jogos, em que criticou os gastos e a gestão do dinheiro no evento. Em outubro de 2009, o TCU condenou Ricardo Leyser, membro do Comitê da Candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de Verão de 2016, a devolver mais de R\$ 18 milhões aos cofres públicos devido à suspeita de superfaturamento em gastos no Pan.

[<volta>](#)

Folha de S. Paulo

20 de julho

Porto do Rio receberá R\$ 1,6 bilhão

O investimento será feito até 2014 para ampliar as capacidades de cargas e de passageiros, dragagem e melhoria de infraestrutura. Desse total, R\$ 1 bilhão virá do setor privado. Com os recursos, a projeção é que a movimentação de contêineres cresça até seis vezes e que o aumento do fluxo de cruzeiros seja atendido. O porto completa hoje cem anos.

[<volta>](#)

Diário do Comércio

20 de julho

Indústria esbarra na escassez de mão de obra

Falta profissional qualificado.

A escassez de mão de obra especializada é um dos principais entraves enfrentado por diferentes setores no país. Em Minas Gerais não é diferente. Entre as atividades que estão encontrando dificuldades para contratar está a construção civil. Das grandes às pequenas construtoras todas enfrentam situação semelhante, e a falta de mão de obra já inflaciona o mercado de trabalho e eleva os salários dos profissionais mais capacitados.

Conforme a analista de Recursos Humanos da Direcional Engenharia, sediada na Capital, Aline Parreiras, a oferta de emprego na construtora está sempre alta. Mesmo assim é difícil suprir o déficit. "Para se ter uma ideia, no último ano houve um crescimento de 100% no número de funcionários da Direcional: de 3,342 mil empregados para 6,685 mil. Todos os meses oferecemos mais empregos", afirmou.

Um levantamento feito pela Fundação Dom Cabral (FDC) com as 76 maiores companhias do país mostrou que 67% dessas empresas têm enfrentado dificuldade na contratação de funcionários, apesar dos 8 milhões de desempregados no Brasil. Conforme a pesquisa, apesar de no Brasil haver dinheiro para investir, a mão de obra especializada está cada vez mais escassa.

Segundo Aline, para contornar o problema a Direcional está investindo na formação de mão de obra, e já vem até contratando profissionais de outra áreas que nunca atuaram na construção civil.

"Todas as empresas do setor estão passando por isso. Formamos os trabalhadores por meio de cursos de qualificação. Além disso, contratamos pessoal sem experiência que começam como serventes de obra e depois de qualificados passam para outras funções", explicou.

Conforme a analista de RH, os maiores déficits de mão de obra são para contratação de bombeiros, eletricitas e carpinteiros. "Se continuar assim, em um médio espaço de tempo não haverá como o piso salarial desses profissionais não subir. Com certeza irá inflacionar o mercado", avaliou.

Segundo os últimos dados mensais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a construção civil registrou saldo positivo de 2,255 mil postos de trabalho em junho. No entanto, houve queda de 55% em relação ao saldo de maio que foi de 5,694 mil novas vagas. A geração de empregos no último mês foi 26% superior ao mesmo intervalo de 2009, quando o saldo alcançou 1,784 mil.

A SH Fôrmas, Andaimos e Escoramentos, que possui uma unidade em Vespasiano, na RMBH, desenvolve propostas para minimizar as implicações da falta de profissionais capacitados no mercado. "A adoção de sistemas industrializados que demandam menos mão de obra pode diminuir em até 50% o número de funcionários", afirmou o diretor de Planejamento da empresa, Marcelo Milech.

Por outro lado, a própria empresa, que fechou o primeiro semestre com crescimento de 24% no quadro de funcionários, tem dificuldades para encontrar profissionais qualificados no mercado, principalmente engenheiros e técnicos de edificações.

[<volta>](#)

Webtranspo

20 de julho

Petrobras recebe licença para nova obra

Estatal construirá parques eólicos de Mangue Seco

O Idema (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente), do Rio Grande do Norte, concedeu à Petrobras as licenças de instalação para o início das obras dos Parques Eólicos de Mangue Seco, no município de Guamaré, no Rio Grande do Norte, mantendo o cronograma de entrada em operação de quatro usinas em setembro de 2011.

Conforme anunciado, os parques eólicos são formados pelas usinas Mangue Seco 1, Mangue Seco 2, Mangue Seco 3 e Mangue Seco 4, que serão construídas no entorno da Refinaria Clara Camarão.

Cada usina terá 13 turbinas e 26 MW de capacidade instalada, totalizando uma capacidade instalada de 104 MW em todos os Parques Eólicos. O sistema de transmissão de cada unidade será constituído de uma subestação elevadora de 34,5/138 kV e de uma linha de transmissão de 138 kV.

Os contratos de venda de energia para estes parques geradores foram ofertados no primeiro leilão de energia eólica, realizado em dezembro de 2009, e são válidos por 20 anos. A usina Mangue Seco 1 será construída em parceria da Petrobras com a Alubar Energia, a Mangue Seco 2, em parceria com a Eletrobras e as usinas Mangue Seco 3 e Mangue Seco 4, em parceria com a Wobben WindPower.

As quatro usinas devem gerar 5.200 empregos diretos e indiretos durante a construção.

[<volta>](#)

Webtranspo

20 de julho

Aeroporto Salgado Filho será ampliado

Na semana passada, o governo do Rio Grande do Sul firmou um convênio que assegura a ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho. A Medida Provisória dispõe sobre as iniciativas destinadas a viabilizar as ações previstas para realização da Copa do Mundo Fifa 2014, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

“O trabalho de ampliação do Aeroporto Salgado Filho vem sendo realizado desde agosto de 2007, quando foi instituído um Grupo de Trabalho que estudou, planejou e está operacionalizando a transferência das famílias do entorno, priorizando condições dignas e seguras para as pessoas que moram irregularmente na beira do leito da pista”, observa Eduardo Antonini, secretário da Copa 2014.

O documento prevê prioridade no licenciamento ambiental e que as obras do entorno do aeroporto serão de responsabilidade dos governos estadual e municipal, exceto os estacionamentos, que terão áreas concedidas às empresas privadas contratadas pela Infraero.

O convênio a ser firmado pelo governo do RS a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) viabilizará a ampliação, em 900 metros, da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

Segundo o governo, a ampliação do aeroporto custará R\$ 900 milhões e possibilitará voos diretos de Porto Alegre para a Europa e Estados Unidos e instalação do ILS 2 - equipamento que permitirá que o aeroporto funcione em dias com muita neblina. Além disso haverá a construção do novo terminal de cargas.

Haverá ainda a ampliação do terminal de passageiros, ampliação do pátio de estacionamento de aeronaves, construção de um novo edifício garagem, e outras obras de infraestrutura. As obras devem iniciar em agosto e serem concluídas em 2013, um ano antes da realização da Copa do Mundo. Atualmente a pista possui 2.280 metros.

O movimento médio diário do aeroporto de Porto Alegre (chegadas e partidas) é de 174 aeronaves de voos regulares. Com 37,6 mil metros quadrados de área construída e quatro pavimentos, o terminal de passageiros do aeroporto pode receber até 18 aeronaves de grande porte.

[<volta>](#)

Webtranspo

20 de julho

Ibama licenciará portos no PR

O licenciamento ambiental para os terminais paranaenses dos Portos de Paranaguá e Antonina será aprovado pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis).

O anúncio foi feito na última semana quando Abelardo Bayma Azevedo, presidente do Ibama, aceitou o cronograma de ações proposto pela Appa (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina) para a obtenção da licença.

Segundo a Appa, representantes do Ibama e uma comissão paranaense composta por Lobo Filho, superintendente da administração, André Cansian, diretor da entidade, Volnei Bisognin, presidente do Instituto Ambiental do Paraná, e Ana Cláudia Bento Graf, procuradora do Estado do Paraná, discutiram questões pontuais e de origem técnica referentes ao documento.

No momento, o cronograma está sendo analisado pelos departamentos jurídicos dos órgãos. O Ibama e a Appa devem assinar um termo de compromisso, com base nos novos prazos, ainda nesta semana.

[<volta>](#)

Webtranspo

20 de julho

Infraero licita obras em Guarulhos

Na última semana, a Infraero homologou a licitação para contratação de serviços técnicos especializados para elaboração dos projetos de engenharia – nas etapas de serviços e estudos preliminares, projetos básico e executivo, e serviços complementares – para construção do terceiro Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Gov. André Franco Montoro.

Além disso, esses projetos também compreendem a construção do sistema viário de acesso, pátio de estacionamento de aeronaves, implantação da rede de queroduto e demais obras complementares.

O consórcio vencedor (MAG), é formado pelas empresas PJJ Malucelli Arquitetura e Construção Ltda., Andrade e Rezende Engenharia de Projetos S.S. Ltda e Gabinete de Projeção Arquitetônica Ltda.

Para elaboração dos projetos, serão investidos R\$ 22,6 milhões e o consórcio terá um prazo de 23 meses, contados a partir da data expressa na Ordem de Serviço, a ser emitida pela Infraero.

Obras

Entre 2011 e 2014, a Infraero vai investir R\$ 952 milhões no complexo. Essas obras compreendem a ampliação do sistema de pátio e pista – orçada em R\$ 232,5 milhões e já em execução por meio de convênio com o Exército Brasileiro -, construção de pista de taxi (R\$ 10 milhões), instalação de dois Módulos Operacionais, orçados em R\$ 55,7 milhões, e construção do terceiro Terminal de Passageiros (Fase 1), orçada em R\$ 653,8 milhões.

As melhorias aumentarão a capacidade atual do aeroporto de 24 milhões de passageiros por ano para 35 milhões de passageiros até 2014.

[<volta>](#)

A Tribuna-SP

20 de julho

Porto terá capacidade duplicada até a Copa de 2014

O Porto do Rio de Janeiro terá a sua capacidade duplicada para atender a demanda na movimentação de cargas e passageiros até 2014, durante a Copa do Mundo. Serão investidos R\$ 1,6 bilhão nos próximos quatro anos. O presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), Jorge Luiz de Mello, disse nesta segunda-feira que as obras servirão para acompanhar o aumento das embarcações e a maior demanda de atracções no porto.

O porto também terá a sua capacidade ampliada para atender a demanda offshore das futuras explorações do Pré-sal.

"A maior parte das atividades portuárias é feita por terminais privados e a participação do Brasil na economia mundial pela atividade portuária ainda tem muito a crescer. Ainda não fazemos parte das rotas marítimas principais e os nossos portos participam apenas dos 9% de linhas alternativas. Depois das obras teremos no Rio a maior área contínua de porto da América Latina", afirmou Mello.

Para melhorar a recepção do turismo de cruzeiros, também está prevista a construção de uma nova área de atracção para operar de seis a oito navios de passageiros simultaneamente. No ano passado, a movimentação no terminal foi de 500 mil turistas. A previsão é fechar a temporada 2010/2011 com 600 mil.

Mello disse que "a verba federal referente à modernização do terminal é de R\$ 600 milhões, investimentos do PAC II e do PAC da Copa. Foram garantidos, até agora, R\$ 122 milhões para a primeira fase que inclui a dragagem do canal. Essa etapa vai aprofundar zonas específicas da Baía [de Guanabara] de 12,6 metros para 15,5 metros, e já há a previsão de um crescimento de 20% a 30% da movimentação de navios após a dragagem".

Em relação ao restante da verba, ainda não garantida, o presidente da CDRJ afirma que "hoje, 93% das mercadorias circulam em portos em todo o país. Assim, independentemente do candidato que assumir a partir do ano que vem, a atividade portuária tem que crescer. Isso é uma demanda da sociedade e não dos governos".

Ainda de acordo com o presidente da CDRJ, além da verba do governo federal, a companhia contará com investimentos de R\$ 1 bilhão da iniciativa privada, nos próximos quatro anos. Os recursos virão dos arrendatários do porto, que são as empresas que exploram os terminais de carga.

"Hoje, o Porto do Rio de Janeiro opera com 9 milhões de toneladas, com essas ampliações que estamos fazendo, nós prevemos operar em torno de 25 milhões de toneladas. O Porto de Santos - o maior do Brasil - opera com pouco menos de 100 milhões de toneladas", compara Mello.

[<volta>](#)

Jornal do Comércio-RS

20 de julho

Rodovias são o gargalo logístico do Estado

Sabe-se do esforço estadual para completar as dezenas de ligações asfálticas que são prometidas há décadas para municípios gaúchos. O governo do Estado, tão logo refez as contas públicas, igualando receitas com despesas, encaminhou plano de novas rodovias e o recapeamento daquelas que estão em mau estado. No entanto, falta muito a ser feito. A riqueza gaúcha circula pelas rodovias em direção ao superporto de Rio Grande.

A BR-101, federal, transformou-se em uma avenida que liga diversas e importantes cidades no seu trajeto, despontando Guaíba, Barra do Ribeiro e Camaquã. Pois ela sequer está duplicada até Guaíba. A ponte sobre o Guaíba, construída há 50 anos, está esperando por mais de uma década que um governo se disponha a projetar e executar uma nova travessia, evitando os pontos de estrangulamento. Claro, a primeira afirmação será aquela que "o Estado não tem recursos". Não tem mesmo. No entanto, a Rodovia do Progresso tem 60 quilômetros de extensão e atenderá a dez municípios da Região Metropolitana, conforme o secretário do Planejamento e Gestão, José Alfredo Parode. Ela terá duplicação de trechos, ciclovia e acessos municipais, segundo Parode, obra orçada em R\$ 800 milhões. A Rodovia do Progresso tem 60 quilômetros de extensão. Além disso, é necessário que se pare com o ranço antiprogresso e se façam Parcerias Público-Privadas, as PPPs, a fim de que o Rio Grande do Sul consiga sair desse marasmo que se eterniza, seja por qual motivo for.

Muitas empresas de fora do Estado, de São Paulo e de outras partes do País, além de estrangeiras, torcem o nariz para se instalar aqui alegando justamente o gargalo logístico infernal e sem solução que são as rodovias federais e estaduais. Ora, se

existe alguma coisa da qual jamais podemos abrir mão hoje, como amanhã e sempre, são investimentos. Fábricas e mais fábricas são bem-vindas. Mas não é só isso, pois a riqueza agropecuária gaúcha também está transitando por rodovias com pouca ou nenhuma conservação. Além disso, a Região Metropolitana tornou-se motivo de piadas, pois a BR-116 é notícia cotidiana com os seus engarrafamentos. Tornou-se uma avenida ligando Porto Alegre a Canoas, Esteio, Sapiranga, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Então que se dê prioridade para efetuar as duplicações e os novos traçados previstos. Não se deve esperar por eventos como a Copa do Mundo para fazer o que é preciso. A África do Sul, um país economicamente mais atrasado que o Brasil, sobre o qual se lançavam suspeitas na sua capacidade de realizar evento de tamanha envergadura, saiu quase ilesa da empreitada. Governar é fazer rodovias, nos ensinou o presidente Washington Luiz. Que os governantes de agora se mirem no seu exemplo e façam tudo o que for possível. E se o poder público não puder realizar, que entregue a concessionárias. Ninguém se negará a pagar pedágio razoável em uma rodovia ou obra de arte que lhe traga conforto, segurança e rapidez nos deslocamentos. Entre 1926 e 1930, Washington Luiz Pereira de Souza, nascido em Macaé, no Rio de Janeiro em 26/10/1869 e falecido em São Paulo em 4/8/1957, assumiu a presidência do Brasil sob o lema Governar é Construir Estradas. Mas ele não foi levado a sério. Provavelmente não é levado a sério até hoje.

[<volta>](#)